

Exmo(a). Senhor(a)  
Representante legal do(a)  
COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, COOPERATIVA  
DE ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL  
CRL  
RUA ELIAS GARCIA Nº 29 - VENDA NOVA

N/Ref.º: 6638/POISE/SI/3.06/2021

Data: 13-09-2021

Entidade beneficiária:	502327669, COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, COOPERATIVA DE ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL CRL
Nº da Candidatura (Código Universal):	POISE-03-4233-FSE-000121
Título da operação:	Português para todos / Português Língua de Acolhimento
Tipologia de operação:	3.06-Português para todos / Português Língua de Acolhimento
Concurso (Aviso):	POISE-33-2021-04
Organismo Intermédio (OI)	508198534 - ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.
Data de início da operação:	01-09-2021
Data de fim da operação:	31-12-2022
Natureza adjudicante do beneficiário:	Entidade adjudicante nos termos do n.º 2 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos

**Assunto: Notificação da decisão de aprovação da candidatura n.º POISE-03-4233-FSE-000121**

Entre o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e o Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), na qualidade de Organismo Intermédio (OI), foi celebrado contrato de delegação de competências ratificado pela Deliberação CIC nº 26/2015, da CIC Portugal 2020, nos termos e para os efeitos da alínea g) do nº 2 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro.

Na sequência da deliberação do Conselho Diretivo do ACM, I.P. fica(m) V. Exa(s) notificado(s) de que foi aprovada a candidatura identificada em epígrafe, nos termos constantes da decisão de aprovação n.º 441/2021/OI, de 12-09-2021, adotada no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, em conjugação com o n.º 1 do Mapa II, do Anexo I da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que junto se envia acompanhada do respetivo termo de aceitação.

De acordo com as disposições articuladas dos números 1 e 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a aceitação do apoio é feita mediante submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, **no prazo máximo de 30 dias úteis** contados a partir da data da presente notificação, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, sob pena de caducidade da decisão de aprovação.

Por fim, cumpre informar V. Exa(s) que do presente ato cabe reclamação para o Conselho Diretivo, a qual deve ser apresentada **no prazo de 15 dias**, bem como impugnação junto do Tribunal Administrativo e Fiscal competente nos prazos estabelecidos no artigo 58.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Com os melhores cumprimentos,

A Alta Comissária para as Migrações  
Presidente do Conselho Diretivo do ACM, IP



Sónia Pereira

Anexos:

- Decisão de aprovação da candidatura proferida pela comissão diretiva da Autoridade de Gestão do Programa Operacional;
- Termo de Aceitação;
- Quadros de execução física e financeira.

## Anexos

<b>Entidade beneficiária:</b>	502327669, COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, COOPERATIVA DE ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL CRL
<b>Morada:</b>	RUA ELIAS GARCIA Nº 29 - VENDA NOVA
<b>Código Postal:</b>	2700-312 AMADORA
<b>Nº da Candidatura (Código Universal):</b>	POISE-03-4233-FSE-000121
<b>Programa Operacional:</b>	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
<b>Fundo:</b>	Fundo Social Europeu
<b>Eixo Prioritário:</b>	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação
<b>Objetivo temático:</b>	Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação
<b>Prioridade de investimento:</b>	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
<b>Tipologia de operação:</b>	3.06-Português para todos / Português Língua de Acolhimento
<b>Título da operação:</b>	Português para todos / Português Língua de Acolhimento
<b>Concurso (Aviso):</b>	POISE-33-2021-04
<b>Data de submissão da candidatura:</b>	29-03-2021
<b>Data de aprovação da operação:</b>	12-09-2021
<b>Natureza adjudicante do beneficiário:</b>	Entidade adjudicante nos termos do nº.2 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos

### Decisão de Aprovação da Candidatura

#### Considerando:

1. Os termos da legislação nacional e comunitária aplicável ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego aprovado para 2014-2020;
2. Que, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, na sua atual redação, foi nomeada a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.
3. Terem sido formalizadas as candidaturas ao abrigo do regime jurídico dos FEEI aplicável ao Programa Operacional de que resultaram as decisões de cofinanciamento das ações e das entidades referidas e identificadas em anexo à presente Decisão;
4. Que os apoios ora aprovados resultam de candidaturas que foram objeto de análise, seleção e instrução da Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.).

Delibera o Conselho Diretivo do OI, aprovar a concessão de uma comparticipação financeira do Fundo Social Europeu, à operação com o código POISE-03-4233-FSE-000121, designada por Português para todos / Português Língua de Acolhimento, apresentada pelo beneficiário COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, COOPERATIVA DE ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL CRL, nos termos do Aviso de Abertura de Candidatura n.º POISE-33-2021-04, nos precisos termos e montantes constantes do anexo à presente decisão.

A Alta Comissária para as Migrações  
Presidente do Conselho Diretivo do ACM, IP



Sónia Pereira

## Decisão de Aprovação da Candidatura

### Análise de Admissibilidade:

Considerando que a entidade cumpre com o previsto nos pontos 4, e 11 do Aviso n.º POISE-33-2021-04, propõe-se a admissibilidade da presente candidatura, devendo a mesma prosseguir para análise técnica.

### Análise Técnica:

**Pontuação:** 84.44

#### Parecer:

Tendo a candidatura obtido uma classificação de 84.44 pontos, com base nos critérios de seleção previstos na Grelha de Análise anexa ao Aviso do Concurso, propõe-se a candidatura para a análise financeira tendo em conta:

- A aprovação de 3 cursos dos 5 cursos propostos, com um total de 3 ações das 5 ações propostas em candidatura, os cursos de Português Técnico, apesar de estarem previstos no aviso de concurso, não estão atualmente disponíveis no Catálogo Nacional das Qualificações, pelo que os Centros Qualifica não têm enquadramento legal para os ministrarem. Por isso o seu indeferimento em sede de análise técnica da candidatura;
- A aprovação da meta de 45 participantes dos 75 participantes apresentada pela entidade relativamente ao indicador de realização;
- A aprovação da meta apresentada pela entidade relativamente ao indicador de resultado.

### Análise Financeira:

A análise financeira da candidatura foi efetuada ao abrigo da legislação nacional e comunitária aplicável e o enquadramento das despesas com base na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação e no ponto 18. Despesas elegíveis, do Aviso de Abertura de Candidaturas do presente Concurso.

Desta forma, o valor proposto para financiamento resultou da análise dos montantes solicitados pela entidade, ponderados em função de:

- Critérios de razoabilidade;
- Indicadores de referência do algoritmo de análise;
- Custo/hora/formando da rubrica 3 à rubrica 6 até ao limite máximo de 3€.
- O orçamento proposto foi reanalisado suprimindo-se os cursos de Português Técnico, apurando-se assim um novo orçamento de custos simplificados.

Face ao exposto, propõe-se a aprovação da candidatura no montante global de 37.994,99€ (trinta e sete mil novecentos e noventa e quatro euros e noventa e nove cêntimos).

### Responsável de Análise:

Concordo com a proposta de aprovação, resultante da Reanálise da candidatura efectuada pela Técnica:

Foram subtraídos aos planos formativos os cursos de Português Técnico (PT), propostos para aprovação numa primeira análise, em consequência de ter sido apurado entre o ACM e a ANQEP que não há enquadramento legal para os Centros Qualifica ministrarem aqueles cursos (actualmente não incluídos no CNQ).

O beneficiário da candidatura, COOPTÉCNICA, optou por não reverter as horas de formação previstas para os cursos PT em mais cursos PLA a acrescer aos já aprovados. De onde resultou uma redução orçamental face ao projeto de aprovação que resultara da primeira análise.

Propõe-se a aprovação superior.

Atendendo a que o beneficiário tem pleno conhecimento do valor final do apoio a aprovar, a decisão respectiva dispensa a sua audiência prévia.

## Identificação

<b>Entidade beneficiária:</b>	502327669, COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, COOPERATIVA DE ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL CRL
<b>Morada:</b>	RUA ELIAS GARCIA Nº 29 - VENDA NOVA
<b>Código Postal:</b>	2700-312 AMADORA
<b>Nº da Candidatura (Código Universal):</b>	POISE-03-4233-FSE-000121
<b>Programa Operacional:</b>	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
<b>Fundo:</b>	Fundo Social Europeu
<b>Eixo Prioritário:</b>	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação
<b>Objetivo temático</b>	Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação
<b>Prioridade de investimento:</b>	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
<b>Tipologia de operação</b>	3.06-Português para todos / Português Língua de Acolhimento
<b>Título da operação:</b>	Português para todos / Português Língua de Acolhimento
<b>Natureza adjudicante do beneficiário:</b>	Entidade adjudicante nos termos do n.º 2 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos

## Termo de Aceitação

- 1) Nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, declara-se que se tomou conhecimento, e é aceite nos seus precisos termos, a decisão de aprovação da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego de 12-09-2021, e respetivos quadros anexos referentes aos compromissos e resultados físicos e financeiros, relativa à concessão de uma comparticipação financeira do Fundo Social Europeu à operação com o código POISE-03-4233-FSE-000121, designada por Português para todos / Português Língua de Acolhimento, apresentada pelo beneficiário COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, COOPERATIVA DE ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL CRL, nos termos do Aviso de Abertura de Candidatura n.º POISE-33-2021-04, Português para todos / Português Língua de Acolhimento, a qual é parte integrante do presente Termo de Aceitação, obrigando-se o beneficiário ao seu integral cumprimento, sob pena de redução ou revogação do financiamento da operação, nos termos do artigo 23.º do citado Decreto-Lei n.º 159/2014, ou suspensão de pagamentos prevista no n.º 10 do artigo 25.º do mesmo diploma;
- 2) Declara-se que se assume o compromisso de respeitar todas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis à candidatura, em especial as previstas nas alíneas a) a k) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, bem como as decorrentes da regulamentação específica do domínio Inclusão Social e Emprego, publicada pela Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março, na sua atual redação, do Aviso de Abertura de Candidatura n.º POISE-33-2021-04, Português para todos / Português Língua de Acolhimento, ao abrigo do qual a candidatura foi apresentada;
- 3) Mais se declara que:
  - a) se tem perfeito conhecimento da obrigação de executar a operação nos termos e condições constantes da decisão de aprovação da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e dos respetivos quadros anexos relativos aos compromissos e resultados físicos e financeiros;
  - b) se tem perfeito conhecimento da obrigação de manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
  - c) se tem perfeito conhecimento da obrigatoriedade de possuir um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, assegurando a utilização de um sistema de contabilidade separado ou uma codificação contabilística adequada de todas as transações relacionadas com uma operação, de acordo com o legalmente exigido;
  - d) se tem perfeito conhecimento da obrigação de adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas com os fornecedores ou prestadores de serviços;
  - e) se assegura o fornecimento dos elementos necessários às atividades de monitorização e avaliação no quadro da implementação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e respetivo reporte à Comissão Europeia, obrigando-se designadamente à recolha de indicadores de realização e de resultado comuns e dos fixados nos termos da decisão de aprovação, em cumprimento da alínea j) do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, sempre que solicitado e obrigatoriamente o Pedido de Pagamento de Saldo, incumbindo-lhe ainda apresentar nas candidaturas plurianuais, até 31 de março de cada ano, informação anual de execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior;
  - f) se aceita que os montantes de financiamento atribuídos à presente candidatura nos termos que vêm expressos nos elementos da decisão de aprovação anexos ao presente documento, bem como se compromete à consecução dos objetivos a atingir através da realização da operação apoiada, observando para o efeito o cumprimento dos valores fixados a título de consecução de resultados de operação, constantes dos referidos elementos;



- g) se tem perfeito conhecimento das obrigações decorrentes do recebimento indevido de verbas, designadamente quanto aos prazos para efetuar as restituições à Agência de Desenvolvimento e Coesão, I.P. e ao pagamento, em caso de incumprimento, de juros de mora, como se prevê no n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro;
- h) se tem perfeito conhecimento da necessidade de conservar e manter à disposição das autoridades comunitárias e nacionais todos os documentos que integram os processos contabilístico e técnico da operação durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do PO, ou pelo prazo fixado na legislação nacional aplicável ou na legislação específica em matéria de auxílios de Estado, se estas fixarem prazo superior, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- i) se tem perfeito conhecimento da obrigação de proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia, designadamente o Regulamento de Execução (UE) n.º 821/2014 da Comissão, de 28 de julho de 2014, e nacional, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, nomeadamente de que nos locais onde decorre o projeto deverão ser afixados cartazes contendo a publicitação do financiamento dos FEEI, pelo Estado Português e as insígnias nacional e da União Europeia, com referência ao período de programação 2014-2020, que deverão constar, também, nomeadamente, nos anúncios publicados ou editados por qualquer meio de comunicação, nas capas ou contracapas de materiais documentais, tais como estudos e recursos técnico-pedagógicos e manuais, nos diplomas ou certificados de frequência da ação de formação, nos seminários, workshops, ações de formação ou outros eventos, bem como nas infraestruturas, sob pena de redução do financiamento determinada em função da gravidade do incumprimento;
- j) se tem perfeito conhecimento da obrigação de permitir o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo do projeto aprovado das operações, de que a recusa por parte das entidades beneficiárias de submissão ao controlo a que estão legalmente sujeitas constitui fundamento de revogação da decisão de aprovação da candidatura, ainda que em operações cujo saldo tenha sido aprovado, nos termos da alínea h) do n.º 3 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- k) se tem perfeito conhecimento de que o desrespeito dos normativos aplicáveis, designadamente os que se referem à contratação pública, determina a aplicação do princípio da redução proporcional do financiamento, em função da gravidade do incumprimento, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- l) se tem perfeito conhecimento de que, ao abrigo do disposto, no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a não devolução do presente Termo de Aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, determina a caducidade da decisão de aprovação da candidatura, salvo quando seja apresentado motivo justificativo aceite pela autoridade de gestão;
- m) se tem perfeito conhecimento de que os pagamentos estão condicionados aos fluxos financeiros comunitários e que nenhum pagamento será efetuado sem prévia comprovação da situação regularizada perante a Administração Fiscal, a Segurança Social e no âmbito dos FEEI;
- n) não existem salários em atraso e se assume o compromisso de assegurar o pagamento tempestivo de remunerações a todos os trabalhadores e colaboradores ao longo do projeto cofinanciado;
- o) se tem perfeito conhecimento de que a condenação em processo crime ou contraordenacional, por factos que envolvam disponibilidades financeiras dos FEEI ou por violação da legislação sobre o trabalho de menores e discriminação no trabalho e emprego, nomeadamente em função do sexo, da deficiência e da existência de risco agravado de saúde, é inibidora do acesso ao financiamento pelo prazo de 3 anos, salvo se da sanção aplicada no âmbito desse processo resultar prazo superior, caso em que se aplica este último, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- p) se tem perfeito conhecimento de que a acusação em processo crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras dos FEEI, ou a participação criminal por idênticos factos apurados em processo de controlo ou auditoria, condiciona o acesso aos apoios à apresentação de garantia idónea por cada pagamento, nos termos fixados artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- q) se tem perfeito conhecimento de que, sendo a entidade formadora, só excepcionalmente poderá contratar a prestação de serviços a outras entidades certificadas para a realização da formação e apenas nos casos em que o seu perfil de certificação seja insuficiente para a realização integral do projeto, declarando ainda que a contratação de entidades formadoras certificadas é realizada mediante contrato escrito, nos termos conjugados dos artigos 12.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º, ambos do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, dele constando a exigência de organização dos processos técnico e contabilístico relativos à operação, como previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 24.º do referido Decreto-Lei, bem como o dever de sujeição a ações de verificação, auditoria e avaliação por parte das autoridades de gestão e de controlo do FSE;
- r) se assume o compromisso de organizar e manter permanentemente atualizados os processos técnico e contabilístico da operação, previstos, respetivamente, nos artigos 8.º e 9.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, disponibilizando-os, em qualquer momento, para consulta das entidades legalmente autorizadas a fazê-lo;
- s) se tem perfeito conhecimento de que a prestação final de contas à autoridade de gestão e o correspondente pedido de pagamento de saldo final deverão ser apresentados até 45 dias úteis após a data de conclusão do projeto, nos termos conjugados da alínea c) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;

- t) se tem perfeito conhecimento de que o prazo correspondente ao pedido de pagamento de saldo final pode ser alargado nos casos em que a Autoridade de Gestão venha a aceitar o respetivo pedido de prorrogação do prazo de entrega, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março;
- u) se tem perfeito conhecimento de que os pedidos de reembolso e a prestação final de contas deverão ser obrigatoriamente submetidos à apreciação e validação por um contabilista certificado ou revisor oficial de contas (CC ou ROC) ou, quando as entidades beneficiárias sejam entidades da Administração Pública, pelo competente responsável financeiro, nos termos do n.º 3 do artigo 9.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março.

É titular da conta aberta no Banco \_\_\_\_\_, IBAN

P	T	5	0												
---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

para a qual deverão ser transferidos os pagamentos dos apoios financeiros concedidos no âmbito da presente candidatura.

**Todos os anexos fazem parte integrante do presente Termo de Aceitação.**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Os Responsáveis<sup>(1), (2)</sup>

---

---

---

<sup>1</sup> Assinatura de quem tenha capacidade para obrigar a entidade, reconhecida nessa qualidade e com poderes para o ato. Quando se trate de organismos da Administração Pública deverá ser assinado por quem tenha competência para o efeito, devendo ser aposto o respetivo selo branco sobre a assinatura.

<sup>2</sup> Rubricar e autenticar todas as folhas deste documento.

## Anexos

<b>Entidade beneficiária:</b>	502327669, COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, COOPERATIVA DE ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL CRL
<b>Morada:</b>	RUA ELIAS GARCIA Nº 29 - VENDA NOVA
<b>Código Postal:</b>	2700-312 AMADORA
<b>Nº da Candidatura (Código Universal):</b>	POISE-03-4233-FSE-000121
<b>Programa Operacional:</b>	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
<b>Fundo:</b>	Fundo Social Europeu
<b>Eixo Prioritário:</b>	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação
<b>Objetivo temático</b>	Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação
<b>Prioridade de investimento:</b>	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
<b>Tipologia de operação</b>	3.06-Português para todos / Português Língua de Acolhimento
<b>Título da operação:</b>	Português para todos / Português Língua de Acolhimento
<b>Natureza adjudicante do beneficiário:</b>	Entidade adjudicante nos termos do n.º 2 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos

### **Descrição Sumária da Operação:**

A Cooptécnica Gustave Eiffel CRL foi fundada em 1989 e desde o seu início que se dedica à formação e qualificação de jovens e adultos das regiões onde atua, com significativos impactos ao nível social. O presente projeto tem como objetivo apoiar e capacitar os cidadãos imigrantes de competências ao nível da expressão e compreensão da língua portuguesa, tendo em vista a sua plena integração social, cultural e profissional na comunidade.

### Indicadores Físicos<sup>3</sup>

Tipo de Indicador	Código	Indicador	Unidade de Medida	Metas contratualizadas
Realização	O.09.01.13.E	Participações de pessoas de grupos desfavorecidos e percursos formativos	Nº	45
Resultado	R.09.01.12.E	Participações certificadas de pessoas de grupos desfavorecidos em percursos formativos	%	70.00

Indicadores Comuns do FSE, de recolha obrigatória (Informação necessária para Caracterização dos Participantes das intervenções, de acordo com o conteúdo estabelecido no Anexo I do Regulamento (EU) 1304/2013, de 20 de dezembro):

#### I) Indicadores relativos aos Participantes

##### A. Identificação do participante

- Sexo (M/F)
- Data de nascimento (dd-mm-aaaa)
- Nacionalidade (Portuguesa/Estrangeira)
- Número de Identificação Pessoal (BI / CC; NIF; NISS; Outro)

##### B. Caracterização do participante no início da intervenção

- Situação face ao emprego: (Empregado(a), incluindo auto-emprego/Estagiário(a)/Desempregado(a)/Inativo(a) estudante ou em formação/ Inativo(a) doméstico(a), reformado(a), outro )
- Nível de escolaridade completo (ISCED 1 (1º e 2 ciclos básico)/ISCED 2 (3º ciclo básico)/ISCED 3 (Secundário)/ISCED 4 (Pós-secundário não superior)/ISCED 5 a 8 (Superior))
- Composição do agregado familiar (Número de crianças dependentes (menos de 18 anos ou inativos/as entre os 18 e os 24 anos)/Número de pessoas desempregadas/ Número de pessoas inativas (estudantes com 25 ou mais anos, domésticos/as, reformado/as, outros))

##### C. Caracterização do participante após término da intervenção (até 4 semanas)

- Situação face ao emprego: Empregado(a) (incluindo auto-emprego)/ Estagiário(a)/Desempregado(a) que está à procura de emprego/ Desempregado(a) que não está à procura de emprego/ Inativo(a) (estudante ou em formação) que está à procura de emprego/ Inativo(a) (estudante ou em formação) que não está à procura de emprego; Inativo(a) (doméstica, reformado, outro) que está à procura de emprego/ Inativo(a) (doméstica, reformado, outro) que não está à procura de emprego.
- Qualificação obtida após o término da intervenção: Manteve/Aumentou

##### D. Caracterização do participante seis meses após término da intervenção

- Situação face ao emprego: Empregado/a (excluindo auto-emprego) cuja situação laboral melhorou/ Empregado/a (excluindo auto-emprego) cuja situação laboral se manteve/ Empregado/a (excluindo auto-emprego) cuja situação laboral piorou / Empregado/a por conta própria (auto-emprego) cuja situação laboral melhorou/ Empregado/a por conta própria (auto-emprego) cuja situação laboral se manteve / Empregado/a por conta própria (auto-emprego) cuja situação laboral piorou /Estagiário(a)/Desempregado(a)/Inativo(a)/Estudante ou em formação

#### II) Indicadores de realização relativos às Entidades

- N.º de Micro, Pequenas e Médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social)

<sup>3</sup> De acordo com a alínea e) do n.3 do Termo de Aceitação.



## Estrutura de Realizações e Financiamento

### Quadro 1

Realizações	Solicitado	Aprovado	Taxa de Aprovação (%)
Nº de Cursos	5	3	60.00
Nº de Ações/Turmas	5	3	60.00
Nº de Formandos	75	45	60.00

### Quadro 2

Rubricas FSE	Montante Solicitado (€)	Montante A Aprovar (€)	Taxa de Aprovação (%)
1. Encargos com formandos	41 088.27	0.00	0.00
2. Encargos com formadores	6 874.00	0.00	0.00
3. Encargos com outro pessoal afeto à operação	37 800.00	0.00	0.00
4. Rendas, Alugueres e Amortizações	18 900.00	0.00	0.00
5. Encargos directos com a preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação	18 900.00	0.00	0.00
6. Encargos gerais da operação	18 900.00	0.00	0.00
7. Encargos com a promoção e coordenação da CIF	0.00	0.00	0.00
8. Despesas com a transnacionalidade	0.00	0.00	0.00
11. OCS - Montante Fixo	0.00	37 994.99	0.00
11.98. Montante Fixo CRII	0.00	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>142 462.27</b>	<b>37 994.99</b>	<b>26.67</b>

## Modalidade de Financiamento

- Regime de custos Reais
- Regime de custos simplificados

### Quadro 3

Rubricas	Total (€)	Ano 2021 (€)	Ano 2022 (€)	Taxa (%)
Contribuição Fundo	32 295.74	0.00	32 295.74	85.00
Contribuição Pública Nacional	5 699.25	0.00	5 699.25	15.00
Orçamento de Estado	5 699.25	0.00	5 699.25	15.00
Outra	0.00	0.00	0.00	0.00
Financiamento Público	37 994.99	0.00	37 994.99	100.00
Contribuição Privada	0.00	0.00	0.00	0.00
Receitas	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>TOTAL</b>	<b>37 994.99</b>	<b>0.00</b>	<b>37 994.99</b>	<b>100.00</b>

